



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SUJEITO PASSIVO : Laticínio Tradilac Ltda
ENDEREÇO : Rod BR 421– Km 60, S/N, Dist. Nova Dimensão, Nova Mamoré – RO
PAT Nº : 20202701200146
DATA DA AUTUAÇÃO : 29/10/2020
CAD/CNPJ: : 09.326.274/0001-40
CAD/ICMS-RO : 170967-4

DECISÃO Nº 2021.11.16.03.0084/UJ/TATE/SEFIN

1. Apropriação indevida de créditos (falta de escrituração de Nfe de Entradas). 2. Defesa tempestiva. 3. Infração ilidida. 4. Ação fiscal improcedente.

1 – RELATÓRIO

O sujeito passivo, conforme consta nos autos, no período de agosto a dezembro de 2016, apropriou-se indevidamente de crédito de ICMS, uma vez que a empresa deixou de escriturar no Livro Fiscal de Entradas – EFD diversas notas fiscais. Em razão dessa irregularidade foi lançado o ICMS devido e aplicada a penalidade – a multa prevista no art. 77, inciso V, alínea “a”, item 1, da Lei 688/96.

Tributo ICMS	620.284,62
Multa de 90% - Valor do imposto	680.514,26
Juros	371.929,32
Correção Monetária	135.842,33
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1.808.570,53

A intimação foi realizada pelo DET, com a ciência em 07/12/2020 (fls. 24), nos termos do artigo 112, inciso IV, da Lei nº 688/96. A defesa foi apresentada de forma tempestiva.

2 – DA DEFESA

O sujeito passivo, em preliminar, alega que em razão do previsto no art. 71, § 6º, da Lei 688/96 há necessidade de concessão de prazo para o contribuinte regularizar a pendência de obrigação acessória, pois apesar de a lei ter sido publicada após a lavratura do auto deve retroagir, pois deixa de definir como infração (art. 106, II, “a”, do CTN). Acrescenta que na forma do dispositivo citado, somente o ato de não atender a notificação para regularização, pelo Fisconforme ou DET, o ato se sujeita às punições previstas na legislação. No mérito, alega que houve o creditamento regular do ICMS, pois atendeu as condições específicas para fruição



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

do crédito presumido (art. 6º, do Anexo IV, do RICMS/RO), uma vez que cumpriu os requisitos recolhendo até o 15º do mês subsequente 0,7% para o PROLEITE e não possuía débito vencido de tributos administrados pela CRE. Alega, ainda, que houve uma interpretação equivocada feita pelo Autuante criando condição não prevista na legislação. Além disso, ao desconsiderar todo o crédito presumido sem apurar os créditos relativos à entrada da empresa, o Fiscal desrespeita a norma constitucional do ICMS – o princípio da não cumulatividade.

Ao final, pelos argumentos expostos, requer que seja acolhida a defesa e reconhecida a nulidade do Auto de Infração e, no mérito, seja reconhecida a sua improcedência. Alternativamente, seja determinado um aditamento do Auto com a apuração de todos os créditos relativos às entradas de mercadorias, bens e serviços no ano de 2016.

3 – FUNDAMENTOS DE FATO E DIREITO

O Auto de Infração foi lavrado em razão de a empresa ter se apropriado indevidamente, no período de agosto a dezembro de 2016, de crédito presumido de ICMS, uma vez que a empresa deixou de escriturar notas fiscais de entrada na EFD. Para comprovar a utilização do crédito presumido, a Autoridade Fiscal junta uma lista dos documentos fiscais de saídas (fls. 05 a 11), os Livros Fiscais na mídia digital (CD - fls. 23), descreve os fatos no Relatório Fiscal e para comprovar a infração, indica os dispositivos que condicionam o benefício a escrituração dos documentos fiscais (art. 4º, § 1º, da Lei 688/95 e art. 5º, par. único, do RICMS/RO) - (fls. 25 e 26).

Pelo que consta dos autos, inclusive da defesa da empresa, restaram incontroversos a utilização do crédito presumido, a falta de escrituração das notas fiscais de entrada, bem como os cálculos do crédito tributário. A questão controvertida ficou sobre a aplicação, ou não, do art. 71, § 6º, da Lei 688/96, para que fosse concedido prazo para que a empresa regularizasse sua escrituração e, ainda, se a ausência de escrituração de notas de entradas impede, ou não, a utilização do crédito presumido.

No que se refere à preliminar de nulidade e do requerimento de que, com base no art. 71, § 6º, da lei 688/96, seja concedido prazo para que a empresa regularize eventuais pendências, esclarece-se, para esse ponto, que a norma citada não estava em vigor na data de lançamento, pois a lei foi publicada em 27/11/2020 e o Auto de Infração foi lavrado no dia 29/10/2020, sendo que a empresa notificada do Procedimento fiscal em 15/10/2020, com ciência no DTE em 19/10/2020 (fls. 04).

Ressalta-se que o dispositivo normativo em questão (art. 71, § 6º, da lei 688/96) trata de Procedimento Fiscal e, nos termos do CPC, de aplicação subsidiária no processo administrativo (art. 15), a norma processual (que disciplina procedimentos) não retroagirá e



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada (art. 14).

Importante destacar que em razão de a lei não ter deixado de definir como infração a falta de escrituração e, nem tão pouco, tornou a penalidade menos severa, tal situação impede a aplicação retroativa do dispositivo legal, como foi requerido pela empresa, uma vez que a norma não contempla nenhuma das regras estabelecidas pelo Art. 106, II, do CTN. Ademais, nos termos do art. 144 do CTN, o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

No mérito, a empresa comprova que, durante o ano de 2016, efetuou o recolhimento para o PROLEITE, junta cópia dos DARE's com os respectivos comprovantes de pagamentos (fls. 49 a 60) e, da mesma forma, demonstra sua adimplência no período, juntando cópias do Extrato de Conta Corrente do período (fls. 44 a 48), logo, a empresa cumpriu os requisitos específicos para fruição do benefício fiscal – a utilização do crédito presumido.

A autoridade Fiscal considerou indevida a utilização dos créditos pelo fato de a empresa ter deixado de escriturar Notas Fiscais de Entradas – operações sem tributação, o que motivou a lavratura do Auto de Infração nº 20202701200148. Ou seja, a autuação baseou-se nos dispositivos da legislação que definem que os benefícios fiscais ficam condicionados à regularidade na emissão e escrituração de documentos e livros fiscais. Para esse ponto, deve-se destacar que as condições estabelecidas na legislação se referem aos documentos e escrituração relativos às operações beneficiadas, ou seja, para o caso em análise as saídas das mercadorias.

No presente caso, além de a empresa ter cumprido as condições específicas para a utilização do crédito presumido e, na forma como definida na legislação, emitiu notas fiscais para acobertar suas saídas e as escriturou na EFD, portanto, não existe irregularidade na utilização dos créditos, ausente, assim, a infração apontada.

Pelo exposto, como a norma não estava em vigor na data da autuação, rejeita-se a preliminar de nulidade, porém, no mérito, como restou comprovada que a empresa cumpriu as condições para fruição do benefício fiscal, procede a tese da defesa quanto à regularidade do uso do crédito presumido e, assim, ausente está a justa causa para o lançamento realizado.

4 – CONCLUSÃO

No uso da atribuição disposta no artigo 79, II, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo Tributário – TATE, aprovado pelo Decreto nº 9157, de 24 de julho de 2000, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação fiscal e **INDEVIDO** o crédito tributário de **R\$ 1.808.570,53**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

Por ser decisão contrária às pretensões da Fazenda Pública, recorro de ofício à Câmara de Julgamento de Segunda Instância, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 688/96. E, nos termos do § 3º do artigo 132 da Lei nº 688/96, encaminhe-se o PAT ao Autor feito para que, a seu critério, possa apresentar manifestação fiscal contrário à decisão proferida, com o oferecimento de contrarrazões.

5 – ORDEM DE INTIMAÇÃO

Notifique-se a autuada da decisão de Primeira Instância.

Porto Velho, 30 de novembro de 2021.

JULGADOR